



DOSSIÊ

**Representação e Posicionalidade no âmbito rural na perspectiva de mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)**

Claudia Suely Barreto Ferreira, *Universidade do Estado da Bahia (UFBA)*

Silvia Lúcia Ferreira, *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

Resumo. Este artigo objetiva compreender as motivações que levaram as mulheres trabalhadoras rurais nordestinas a se organizarem em movimentos sociais enfatizando a importância da representação social de grupo, incorporado pelo movimento, além de discutir como as vivências no Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), influenciam nas inter-relações sociais dessas mulheres. Este estudo foi realizado de forma qualitativa, cujos dados foram gerados, por meio da técnica de Desenho Estória-Tema (DET). Participaram do estudo 31 mulheres, entre janeiro e março de 2021. A pesquisa que gerou este artigo emergiu da tese de doutorado, realizada no âmbito da Universidade Federal da Bahia, no Programa de Pós graduação em Enfermagem e saúde e foi aprovada pelo CEP/UFBA com CAAE nº: 37002720.1.0000.5531. Foram criadas empiricamente duas categorias denominadas: Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste: A luta por um espaço feminino onde o patriarcado criou o estereótipo do “cabra macho” e Lideranças femininas integrantes de movimentos sociais: A luta por um poder socialmente aceitável. Após análise evidenciou-se que o MMTR-NE, respeita às perspectivas sociais de representação, e não se rendeu às idiossincrasias dos sindicatos. Apesar das insígnies dificuldades o empoderamento feminino reconhecido nas integrantes desse movimento tem imensa potencialidade de transformações das relações sociais desiguais.



PALAVRAS-Chave : Mulheres. Trabalhadoras Rurais. Movimento Social. Empoderamento. Relações Desiguais de Gênero.

Introdução

As discussões acadêmicas que abarcam os movimentos sociais, sobretudo femininos, têm ganhado maior visibilidade, apesar de ainda aquém do necessário para desencadear mudanças efetivas nas questões práticas de representatividade no âmbito político e social.

É importante ressaltar a necessidade de mudanças nos paradigmas pré-estabelecidos pelo patriarcado, onde os direitos femininos continuam sendo objeto de questionamento e o processo de dominação masculina persiste, apesar dos movimentos feministas resistirem e continuarem lutando pela inclusão de grupos sociais femininos em espaços de poder.

Este artigo versa sobre os aspectos correlacionados às motivações que levaram as mulheres trabalhadoras rurais a se organizarem em movimentos sociais, sobretudo no Nordeste, enfatizando a importância da representação social de grupo, incorporado pelo movimento, além de discutir como as vivências no Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste, influenciam nas inter-relações sociais dessas mulheres.

Convém ressaltar que este artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa para realização de tese de doutoramento realizada no âmbito da Universidade Federal do Estado da Bahia – UFBA, no Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde – PPGENF.

Para o desenvolvimento da pesquisa, que originou esse artigo, atendemos as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Obtivemos a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFBA, com protocolo nº 4.380.158 e com CAAE nº: 37002720.1.0000.5531. Todas as participantes assentiram a participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Devido à emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia do Coronavírus do tipo 19 (Covid-19), o cenário desse estudo foi virtual, gravado via Google Meet (e-mail institucional da UFBA) e as gravações das reuniões só aconteciam após autorização prévia, sendo o uso da



câmera opcional para evitar possíveis exposições indesejadas das participantes.

Participaram do estudo 31 mulheres que atenderam aos critérios de inclusão: Estar associada ao MMTR-NE há, pelo menos, dois (2) anos, que trabalhassem e residissem na zona rural de um dos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e com idade entre 18 e 65 anos. Foram excluídas do estudo todas àquelas que possuíam plano de saúde privado.

Adotamos nomes de plantas para identificar as participantes como uma das formas de assegurar o anonimato delas.

Realizamos um estudo exploratório com abordagem qualitativa, cujos dados foram gerados de forma primária, por meio da técnica de Desenho Estória-Tema (DET), inspirada em estudos anteriores (TRINCA, 2013; MESTRINER, 2013; CARVALHO, 2010).

A coleta foi realizada entre janeiro e março de 2021, com realização das etapas da técnica adotada, gravadas através do aplicativo *Google Meet*, e posterior envio do da produção gráfica pelas participantes, por meio do aplicativo *WhatsApp*. Os desenhos foram armazenados no *Google Drive* de uma das pesquisadoras.

Os Desenhos Estória-Tema (DET's) envolveram uma unidade de produção de desenho, e mais duas etapas relacionadas a inquérito e atribuição de título. A análise procedeu embasada na observação sistemática dos desenhos, seleção de desenhos por semelhanças gráfica e de título produzido, recorte e categorização e análise e interpretação dos desenhos.

Seguindo os critérios denotados acima, correlacionando-os com os objetivos desse artigo, para a produção do mesmo foram selecionados cinco Desenhos Estória-Tema (DET's) cujas análises apontaram para a elaboração de duas categorias: Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste: A luta por um espaço feminino onde o patriarcado criou o estereótipo do “cabra macho” e Lideranças femininas integrantes de movimentos sociais: A luta por um poder socialmente aceitável.



Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste: A luta por um espaço feminino onde o patriarcado criou o estereótipo do ‘cabra macho’

Mulheres trabalhadoras rurais viveram à margem da sociedade, e sofreram de forma hostil, às imposições do patriarcado, sobretudo no que tange aos direitos relacionados à propriedade, direitos trabalhistas e de reconhecimento social.

Aguiar (2016) ressalta que no meio rural, a divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, que por não ser expresso em valores monetários, é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que estas empregam para sua realização são invisíveis socialmente. Apesar da participação ativa de mulheres no trabalho agrícola, reconhecidamente produtivo, devido aos valores monetários associados ao mesmo, este era atribuído exclusivamente aos homens, a mulher era percebida como mera ajudante.

As mudanças têm ocorrido paulatinamente, visto que apenas no contexto da abertura democrática da década de 80, os movimentos de mulheres rurais ganharam força, apesar da literatura que trata da temática mostrar que a luta das mulheres trabalhadoras rurais, perpassa por momentos anteriores à década de 80.

As mulheres trabalhadoras rurais foram por muito tempo invisibilizadas pela história e em muitos casos perderam suas vidas sem que isto se tornasse um fato conhecido pela população como um todo, uma exceção surgiu com o assassinato da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 e que se tornou um ícone para o movimento das trabalhadoras rurais do Nordeste.

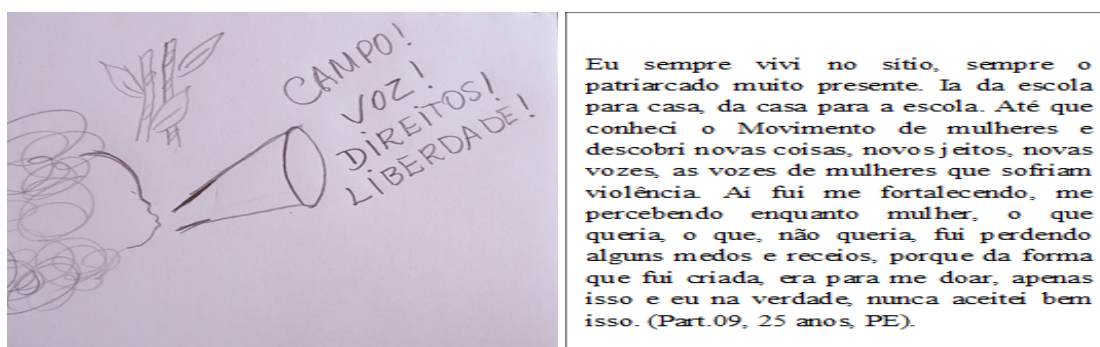
Nessas circunstâncias, apreciamos a construção gráfica de Sena (participante de número 09) que se utiliza do instrumento de Desenho Estória-Tema (DET) solicitado pelas pesquisadoras, para reafirmar a importância da superação do silenciamento histórico-social da mulher rural.

Ao ser solicitada a contar uma estória sobre o desenho, ela relata a superação da situação em que mulheres oriundas da zona rural, encontram submersas em redes de opressão e silenciamento, e faz



referência à sua condição atual, de possibilidade de enfrentamento da situação, a qual atribui colaboração imprescindível do MMTR-NE, para sua formação política e desconstrução social necessárias para efetivar essa mudança pessoal.

Figura 1 : Construção gráfica - Participante 9



Durante o momento de inquérito sobre as motivações para a construção do Desenho Estória Tema (DET), Sena relata que se sente livre para expressar seus sentimentos, mas ressalta que essa percepção ocorreu paulatinamente, e quando atingiu os 18 anos (maioridade, reconhecida legalmente no Brasil), hoje a participante tem 25 anos. Se auto identifica como feminista, e diz que nunca aceitou às imposições sociais, complementa dizendo que desenhou o que acredita ser um manifesto da importância de gritar pela liberdade no campo, usando a voz para conquistar direitos.

Alguns aspectos do momento de diálogo após desenho, com a pesquisadora, devem ser ressaltados, pois a participante usa tom de voz muito baixo, em alguns momentos até inaudível, sendo necessário uma reafirmação do que havia sido dito anteriormente; o sorriso tímido que por vezes era escondido com as mãos; os olhos marejados de lágrimas quando faz afirmações sobre escolhas e dificuldades de aceitação da comunidade e da família diante de seus posicionamentos. A escuta atenta da pesquisadora propicia sororidade e engajamento nas pautas abordadas por ela, daí o diálogo flui, o que ajuda na compreensão de seus traçados que “quase” invisibilizam a figura feminina.

No desenho é perceptível seu autorretrato, a alusão à zona rural na representação de galhos e folhas e o desenho do megafone, que é um



instrumento amplificador de voz, e que reporta a necessidade pessoal de ser ouvida, independentemente da localização geográfica em que se encontra, há também a ênfase na demanda por seus direitos e por exercer sua liberdade sobretudo de expressão. Quando solicitado um título para o desenho, ela atribui o seguinte: “Pelo direito à liberdade e voz das mulheres do campo”.

Ratificando o que foi posto pela participante do estudo, reafirmamos a colocação de Wittig (2019) quando a autora diz que quando uma pessoa reconhece a opressão, é preciso também conhecer e experimentar o fato de que se pode constituir a si mesma como sujeito em oposição ao objeto de opressão. Nesse sentido, entendemos que mulheres participantes do MMTR-NE, têm vivenciado historicamente essa recondução de situações de coerção, a partir do momento em que encontram possibilidades de enfrentá-las e mudar o curso de suas vidas.

Vale ressaltar o papel estratégico que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ocuparam na trajetória política de algumas destas mulheres, Aguiar (2016), chama atenção para o fato de que o surgimento das CEBs, associado ao desenvolvimento de grupos de pastorais, trouxeram a possibilidade de uma experiência formativa para estas mulheres, o que as levou a questionar as condições sociais a que estavam submetidas.

A atuação nos espaços concedidos pelas CEBs foi uma primeira possibilidade de participação ativa de mulheres no espaço público, que até então era de domínio exclusivo masculino. Acredita-se que este lume foi essencial para acender a necessidade da participação intensa em mobilizações e lutas sociais para melhores condições de vida, sobretudo da luta pelos direitos por muito tempo, negados a elas.

No que concerne às pastorais, Deere (2004) enfatiza a importância da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou grupos de mulheres em torno da luta pela terra, além de ter desempenhado um importante papel no surgimento do Movimento dos Sem-Terra. Os movimentos de mulheres rurais surgiram, assim, em consonância com “oposições sindicais”, com quem tinham vínculos muito estreitos, encampando, por um lado, as lutas concretas por direitos no campo e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical, haja vista, que as mulheres eram impossibilitadas de se associarem aos sindicatos (BORDALO, 2008).



Na década de 1980, surgiram vários grupos de mulheres oriundas da região rural, entretanto fazemos uma abordagem específica ao MMTR-NE, pelo qual temos maior afinidade, visto que somos oriundas desta região, cuja área rural perfaz boa parte de nossas memórias de infância que revelam a proximidade com trabalhadoras rurais que à época, não haviam iniciado o fluxo de conquistas de seus parques, porém indispensáveis direitos. Só a partir da construção da Constituição cidadã de 1988, foi iniciado o processo de conquista social por estas mulheres, tais como direito à aposentadoria, salário maternidade, à propriedade rural, além dos benefícios relacionados à reforma agrária.

Contribuições de Deere (2004), sinalizam que no ano de 1986, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST, articularam um primeiro encontro nacional de mulheres que ocorreu na cidade de Barueri -São Paulo, este encontro tinha o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais.

Deere (2004), ressalta ainda que esse encontro foi fundamental para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em 1986. De acordo com a autora supracitada, na composição do MMTR-NE quando da sua fundação em 1987, predominava a presença de mulheres que atuavam também nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), o que torna evidente a tradição sindical do Nordeste e, as influências desta tradição na atuação do MMTR-NE ao longo das últimas décadas.

O MMTR-NE surgiu das reflexões e do intercâmbio de experiências entre grupos de mulheres trabalhadoras rurais em duas microrregiões dos Estados de Pernambuco e Paraíba, sendo atualmente uma organização com atuação nos demais estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco; Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe), cuja sede situa-se em Caruaru (PE) (MMTR-NE, 2019).

Este movimento abarca mulheres, agricultoras, assentadas, quilombolas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco e artesãs, o que no nosso entendimento possibilita intersecção entre múltiplas vivências, com similaridade de interesses, apesar da diversificação de olhares, propiciada por contextos culturais e sociais distintos.

Corroboramos com as ideias de Burnheim (1985), quando ele sugere que os interesses têm maior respaldo quando são representados por pessoas que compartilham experiências, e que esta similaridade de condições é um indicador mais confiável do que a eventual comunhão de



opiniões que são, na verdade, vacilantes. Refutamos a ideia de que existe uma incapacidade de representação de grupos sob o argumento de que, por serem compostos por pessoas com diversificação de vivências e interesses pessoais além de diferenças de classe, raça, geracional e identidade sexual, tornem estes grupos inviáveis no que tange a efetiva representatividade das pessoas envolvidas.

Neste sentido, nos embasamos no conceito de *différance* de Derrida (1973) para reafirmar que os grupos que são formados nos movimentos sociais, não devem possuir unanimidade de identidade, pois a pluralidade que os diferencia, é consonante a partir da significância que dão as pautas que os aproximam, como referido por Young (2000), as coisas assumem seu significado a partir de seu lugar num processo de relacionamentos diferenciados sendo similares sem serem idênticas e são diferentes sem serem contrárias entre si, dependendo do ponto de referência e do momento em um processo.

Ainda, utilizando-nos do construto *différance* de Derrida (1973), corroboramos com o autor quando ele propõe repensar as oposições nos termos da ideia, como algo em constante movimento, pois os entendimentos que ora são similares, não são estáticos, e sofrem mutações no decorrer do tempo, sofrendo influências históricas e relacionais. Deste modo, pensar em termos de representação de grupos sociais a partir deste conceito, significa reconhecer as diferenças entre representantes e representados, corroborando com Young (2000) que afirma que:

A função do representante de falar por outrem, não deve ser confundida com um requisito identitário (...) Pensar a representação em termos de *différance* em vez de identidade significa levar em conta que é um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros

No âmbito do MMTR-NE, a convergência de interesses, explicitam-se na pauta que requer mudanças econômico-estruturais e simbólico-culturais, sendo que reivindicações neste sentido, agregam o grupo, da mesma forma que o projeto estratégico de desenvolvimento rural, cujo ponto central, reafirma a importância do papel da agricultura familiar e questiona o lugar das mulheres na sociedade.



Stephen (1996) destaca que ao adotar discursos construídos a partir de conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, os movimentos de mulheres no meio rural justificam sua existência histórica em termos de autonomia política.

Acrescentamos que a similaridade adotada nas pautas desse movimento, não tem potencial de unificar as identidades individuais, que são singulares e representativas das experiências vividas e crenças pessoais, entretanto, como posto anteriormente, isso não é necessariamente classificado como um problema, pois a incompatibilidade identitária, quando presente não interfere na perspectiva social que é um ponto comum aos referidos grupos.

Sobre a teoria de perspectiva social, Young (2000), afirma que pessoas que têm uma perspectiva semelhante sobre processos e temas sociais, frequentemente têm interesses, opiniões e até mesmo metas e projetos diferentes. Para a referida autora, diferentemente dos interesses e das opiniões, as perspectivas sociais não podem ser facilmente pensadas como conflitantes, pois reunidas, elas possibilitam compreensões sociais mais plenas.

Desse modo a divisão regional do MMTR-NE, corrobora a teoria de representação da perspectiva de Young, de modo que estas subdivisões regionais funcionam como comitês representativos de cada região, que apesar das diferenças de experiências e identidade, se propõem a analisar suas situações sociais a partir da perspectiva de gênero, no âmbito rural.

Lideranças femininas integrantes de movimentos sociais: a luta por um poder socialmente aceitável

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste-MMTR-NE apresenta uma dimensão de resistência anti-hegemônica, visto que nosso país apresenta retrocessos no que tange às conquistas femininas, onde o feminicídio têm ocorrido de forma exacerbada, o machismo e misoginia têm sido naturalizados, e a omissão política no que tange aos direitos femininos é evidente. No contexto rural, onde o patriarcado sempre teve maior significância, esta resistência tem enfrentado maiores obstáculos.



Para Camurça (2007) a reflexão coletiva, o processo de mobilização e tomada de consciência da própria opressão, realiza-se no encontro de dois vetores principais, ainda que não sejam os únicos. O esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação.

Aparentemente, este movimento tem feito o deslocamento no sentido de atender as premissas propostas por esta autora, visto que a literatura recente sobre o MMTR-NE aponta para a contínua mobilização destas mulheres em direção ao alinhamento com o movimento feminista.

Pensar a organização feminina em movimentos sociais autônomos é um convite a repensar a forma como os sindicatos foram estruturados, sem que houvesse a participação feminina, sobretudo em cargos de liderança. Nota-se que as mulheres sindicalizadas que conseguiram este feito, em sua quase totalidade, logo se alinhavam às demandas masculinas e escanteavam as reivindicações feministas.

Sendo assim, estes movimentos sociais autônomos, vieram para de fato disputar um espaço de poder representativo para as mulheres, ao passo que a total desvinculação, sobretudo política, destes movimentos possibilita que estas mulheres, mesmo de forma ainda limitada se constitua como sujeito político cuja pauta é representativa das integrantes deste movimento, de modo que a mudança na vida dessas mulheres as encaminhe para o efetivo empoderamento passível de proporcionar as envolvidas uma transformação social.

No que concerne à definição de empoderamento, assumimos a proposta conceitual de Sardenberg (2009) ao afirmar que o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, implicando, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.

Para as mulheres inseridas na realidade rural, onde a busca por esta libertação é passível de gerar conflitos dentro da própria comunidade e na relação com seus parceiros e familiares, empoderar-se individualmente, não será suficiente para a tão sonhada libertação desse modo corroboramos com León (2001) no sentido de que esta conquista precisará levar em conta o processo histórico que cria a carência de poder e torna evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes reconhecendo o imperativo da mudança.



Pensar empoderamento, pressupõe o entendimento do que venha a ser entendido como poder, para Foucault (2003):

O exercício do poder, sempre acompanhado de resistência, pressupõe a existência de sujeitos livres: não há relação de poder onde as determinações estão saturadas, a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado, esta relação apenas se dá quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar.

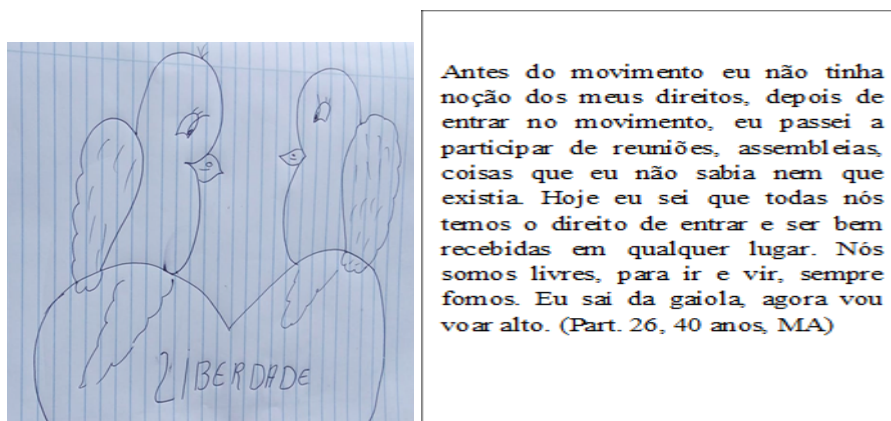
Neste sentido, Foucault enfatiza que o poder pode vir dos diversos direcionamentos sem que haja uma centralização personificada ou institucional, sendo as relações interpessoais fundamentais no que tange a distribuição de poder, para este autor o poder funciona em rede, sendo porto essencial para a desconstrução de desigualdade de poder, a negação dos discursos que pressupõe a dominação entre pessoas.

Já para Batliwala (1994), poder pressupõe “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia” sendo que o poder decisório emana do controle sobre esses recursos, que tem estado, em grande parte, sob o controle masculino. Ou seja, para que as mulheres tenham acesso ao poder, elas precisam ter consciência de que houve e ainda há uma subtração dos seus direitos sociais, obviamente em diferentes medidas ao longo da história, porém com prejuízos reais a sua condição social.

O empoderamento de mulheres rurais a partir de mudanças em suas vivências que, nesse estudo, apresentaram-se correlacionadas com a atuação em movimentos sociais, convergem para o diálogo acerca da autonomia feminina, que foi vinculada à palavra liberdade por algumas participantes da pesquisa. Nesse contexto trazemos à discussão do Desenho Estória - Tema realizado por Rosa (participante de número 26), que faz essa associação.



Figura 2: Tema da participante 26 (Rosa)



No momento do inquérito a participante relata que pode dar um exemplo prático do porquê o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR-NE para ela representa a liberdade, diz que hoje em dia ela tem coragem de buscar seus direitos em qualquer lugar que inclusive já foi na câmara de vereadores assistir reuniões e cobrar direitos da comunidade. Relata ainda que até sua entrada no movimento, ela tinha até medo de passar na frente da câmara de vereadores, porque lá só tinha “engravatados”. A participante relata que quando pensa em liberdade lembra dos pássaros que voam alto e são livres, e que, portanto, sua representação gráfica é sobre a capacidade feminina de liberta-se das questões sociais que causam as amarras às mulheres, nesse caso, a participante do estudo refere-se às mulheres rurais.

No desenho ela representa dois pássaros que se entreolham e estão acima de um desenho que se assemelha ao tipicamente representativo da imagem de coração humano. Com relação ao título ela escolheu “liberdade”.

O Desenho Estória -Tema apresentado por Tulipa (participante de número 29), também é representado por dois pássaros. A simbologia do pássaro possui entendimento intergeracional de que se correlaciona com a liberdade, e simbolicamente quando associado à figura feminina, tem sua significação associada ao ato de alçar voos, sair do ninho. Veiga (2021, p.34) enfatiza que “muitas mulheres entre o representativo de bater asas e a concretização do caminhar, escolheram os caminhos que



queriam seguir e, mesmo muitos homens tendo querido enraizá-las no chão, elas souberam alçar voos”. No que tange a representação de mulheres-pássaros, a percepção de que esse entendimento é sobretudo intergeracional, é também ressaltado por Veiga (2021, p.34) quando a autora afirma:

Graças a muitas mulheres pássaro do passado que temos o direito de escrever, ler votar, trabalhar, sonhar, continuar usando tanto nossos pés quanto nossas asas herdadas, para que novos voos ainda sejam alcançados e para que se permita a tantas outras mulheres, ainda não dotadas de asas, a também alçarem seus voos

Entendemos que o alçar voos referidos pelas participantes desse estudo, têm a significação associada ao empoderamento feminino, nesse caso especificamente, construído junto ao MMTR-NE.

Figura 3: Tema da participante 29



Nós mulheres rurais temos uma vida de contato com a natureza, com a vida natural, pela facilidade que se tem de pegarmos determinadas coisas dentro de nossa própria região, a gente não procura muito os médicos, e por isso o Movimento nos orienta por meio de debates, algumas reuniões, algumas oficinas temáticas. O conhecimento e a facilidade de termos o que precisamos para a nossa saúde sexual e reprodutiva no nosso quintal é o que possibilita a gente ter autonomia. (Part. 29, 52 anos, AL).

No momento do inquérito, a participante faz um discurso em que correlaciona seus conhecimentos sobre o uso de chás, a partir de plantas medicinais, com seu poder decisório sobre seu corpo. Esses conhecimentos, segundo a participante, foram aprimorados por meio de participação no MMTR - NE, e isso a incentivou a usar métodos naturais para evitar filhos e até com a finalidade de buscar cura para infecções sexualmente transmissíveis (IST's).



Para essa participante esses conhecimentos serviram como um fator libertador na sua vida sexual, pois ela relata que até conhecer o “poder” da medicina natural, enfrentou partos consecutivos, quando era muito jovem, sendo que para ela a falta de acesso às informações, contraceptivos e aos serviços de saúde pública efetiva pelas mulheres da sua comunidade, foram fatores fundantes para a limitação e não exercício de sua autonomia. Quando solicitado um título ao desenho, ela atribuiu: “Autonomia reprodutiva e sexual”.

No que concerne a efetivação da autonomia sexual e reprodutiva por mulheres, Renk, Badalotti e Winnkcler (2010, p.371) observam que “no campo as relações de gênero historicamente, são marcadas pela subalternidade. As restrições em relação às mulheres reforçam estereótipos que possibilitam que elas sejam consideradas e tratadas como pessoas sem capacidade plena”. Entretanto, como bem observa Scott (2010, p.24) “estudos mostram como o envolvimento em associações e movimentos ascende uma consciência sobre o poder de atuação política de mulheres rurais, seja de forma individual ou coletivamente”.

Nessa pesquisa, foi perceptível que o acesso a novos conhecimentos, ascendeu em algumas participantes a vontade de mudar sua situação de vida, marcada pela coerção e submissão, ao participar do MMTR-NE, e com isso montar uma rede de apoio feminina.

Compreender as propostas do feminismo como passíveis de serem alcançadas, através da luta conjunta e conhecimento dos direitos femininos, trouxe a essas mulheres uma possibilidade de resignificação de suas vivências. Corroborando com essa afirmação trazemos para a discussão o Desenho Estória - Tema realizado por Girassol (participante de número 30).

**Figura 4:** Tema da participante 30 (Girassol)

Autonomia para mim é fazer parte do movimento (MMTR-NE) porque ele me mostrou que não tem coisa melhor para nós mulheres do que ter nosso próprio dinheiro, decidir se quer ou não ter filhos, ter o direito e fazer o que quiser sem ser humilhada pelo marido. Esse ciclo que o movimento faz de autoestima, de descoberta de liberdade é maravilhoso. (Part. 30, 42 anos, RN)

Quando realizamos o inquérito a participante relata que fez representações do que realmente importa para uma mulher rural, e fez questão de descrever os itens imprescindíveis na perspectiva dela: Trabalho, moradia, filhos, comunidade, natureza, água, escola, creche e delegacia de proteção à mulher.

No desenho é possível perceber a centralidade da independência financeira, bem como a autoestima, ela desenha uma mulher de salto e com bolsa. Ressalta também a importância da conquista da moradia, ressalva que por ser Quilombola sabe a importância da conquista de terra, apesar de ter desenhado ‘filhos’, enfatiza que essa é uma decisão que cabe exclusivamente a cada mulher, usa o jargão ‘meu corpo, minhas regras’ eu decido e continua dizendo que o ideal é manter a independente de marido/companheiro, ser mãe solo, dentro das condições ideais. Ressalta nos traços do desenho a valorização da comunidade rural, bem como importância do acesso à água para essas comunidades, e tratamento adequado da água.

Outros aspectos que durante o inquérito fez questão de reforçar é a importância da rede de apoio para criação de filhos, associada por ela a escolas e creches disponíveis e acessíveis para mulheres rurais, bem como uma rede de apoio de inibição à violência de gênero representada por ela pelo desenho da delegacia de apoio às mulheres. Quando solicitada que atribuísse um título ele o fez com a seguinte frase: “O



MMTR-NE é transformação, é reconhecimento, é você saber onde você está!”

Ao analisarmos a perspectiva dessa participante relacionada à desassociação de um marido ou companheiro diante do desempenho da parentalidade feminina, compreendemos que a relação matrimonial heteronormativa é entendida como um dos fatores que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais de gênero, visto que nesse tipo de relação predomina a divisão sexual do trabalho desigual, o que tem potencial para manter as mulheres em condição de subordinação. No caso das trabalhadoras rurais esta desconformidade é ainda maior, pois sua jornada laboral tende a ser ainda maior do que a de mulheres que vivem na zona urbana, inclusive no que tange ao esforço físico necessário para desempenhar a lida na lavoura.

Para Costa (2000):

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir

O reconhecimento de que as mulheres passam por problemas específicos é um dos principais argumentos legitimadores dos movimentos de mulheres que veem a autonomia como central, às suas demandas e que entendem que suas reivindicações relacionadas a gênero sempre foram secundárias nos espaços institucionais (STEPHEN, 1996). Por assim ser, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ajustaram seus discursos de modo que conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, justificam sua existência histórica (CAMURÇA, 2007).

A necessidade de incorporar mulheres rurais nas posições de liderança fica mais evidente, a partir do momento em que o MMTR-NE ganha visibilidade e força inclusive no movimento feminista. Sobre o conceito de posição Costa (2000), infere que “Posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens”.



Ainda nos anos 80, as feministas passaram a criticar as intervenções que não diferenciavam entre a “condição” e a “posição” das mulheres na sociedade. Essa diferenciação foi discutida por Molyneux (1985) ao enfatizar que os interesses estratégicos de gênero se referem à mudança da posição das mulheres na sociedade, sendo que a mudança na posicionalidade feminina é uma conquista resultante da ação coletiva. Em consonância com este argumento Young (2000) refere que estar posicionada similarmente no campo social gera uma perspectiva social cuja inclusão na discussão pública pode ser promovida por processos de representação de grupos.

Para Bourdieu (1989):

As representações dos agentes variam segundo sua posição e os interesses que estão associados a ela e segundo seu habitus como sistema de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social. O principal fator responsável pelas variações das percepções é a posição no espaço social.

Neste aspecto, quando mulheres assumem posições que são majoritariamente ocupadas por homens, estas mulheres podem assumir o papel de dominação, assumindo vieses que extrapolam as relações de gênero. Entretanto, quando isso ocorre num contexto de liderança, com o objetivo de representação de um grupo, é provável que sejam geradas alternativas para que a liderança assumida atenda às necessidades conjuntas sem que haja a interferência da posicionalidade das envolvidas.

Para Alvarez (2014) os campos discursivos de ação movimentistas estão sempre minados por desigualdades e relações desiguais de poder, entretanto esta neutralidade diante de uma posicionalidade diferenciada não é possível, pois as castas de privilegiamento, indiscutivelmente ocorreram.

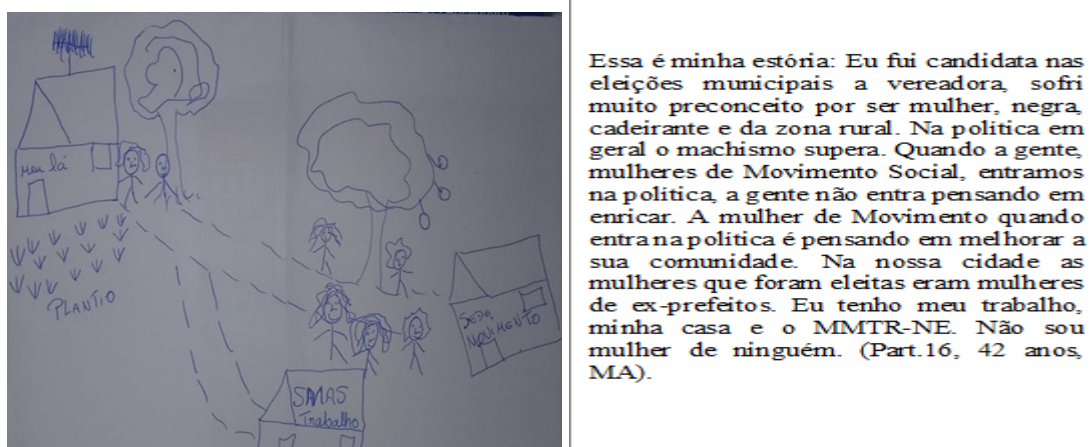
Giuliani e Mieli (1989) ao analisarem diferentes experiências femininas em gestões sindicais apontam para a ambiguidade de posições, sinalizando que ao assumirem posições de liderança muitas mulheres acabam assumindo a opressão contra suas companheiras de luta, visto que predomina uma crença de incompatibilidade entre o feminino e o poder. Estas atitudes incompatíveis com as prerrogativas de movimentos sociais feministas, são repudiadas pelo MMTR-NE, que



associa este tipo de liderança descaracterizada do feminismo aos sindicatos, devido a sua tradição de opressão, sobretudo no que concerne às mulheres.

As integrantes do MMTR-NE, pautam a defesa de lideranças democraticamente escolhidas, e que possuam a responsabilidade de valorizar a diversidade e partilhar responsabilidades, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária no que concerne a gênero, raça e classe. No intuito de aumentar a representatividade feminina e rural no campo político, algumas lideranças rurais lançaram-se candidatas municipais nas últimas eleições (2020), nesse sentido temos a contribuição da participante Orquídea (participante de número 16) que fez sua representação gráfica, inerente ao Desenho Estória Tema, centrada na sua própria experiência enquanto candidata nas eleições municipais. Para essa participante, sua condição de mulher, cadeirante, rural e negra, foram fatores determinantes para o seu resultado eleitoral desfavorável.

Figura 5: Tema da participante 16 (Orquídea)



Durante o inquérito a participante relata que o desenho feito por ela representa a superação após eleições municipais, da qual participou enquanto candidata a vereadora e sofreu violência relacionada a gênero, racismo, e por conta da sua deficiência física.

Nessa perspectiva, Silva (2019) nos alerta sobre a importância de colocarmos as lentes de gênero diante de situações similares às mencionadas pela participante Orquídea diante de uma disputa eleitoral



no Brasil, seja essa disputa municipal, estadual ou federal, para a autora supracitada a tendência é constatarmos o caráter androcêntrico da democracia, o que invariavelmente nos levará a questionar se de fato, a universalidade e a cidadania feminina têm sido respeitadas.

Em consonância com as reflexões realizadas por Silva (2019), evidenciamos neste estudo que o período eleitoral tem propiciado o desvelamento do sexismo que está intrínseco na prática política cotidiana brasileira.

Para mulheres que se propõem a se candidatar em pleitos eleitorais não é rara a vivência de situações de violência velada ou explícita. Nos relatos de Orquídea sua experiência na arena política, lhe causou imenso sofrimento psicológico.

A participante refere que sua superação é embasada no seu lar, no plantio, na sua participação no MMTR-NE, que são também fonte de seu empoderamento. No desenho é possível identificar a representação gráfica da residência da participante, do ambiente rural, do local de trabalho e da sede do MMTR-NE (MA), há ainda a representação de mulheres caminhando juntas.

Ao desenhar objetos que fazem parte de suas referências cotidianas, diante de uma narrativa de decepção motivada por questões políticas eleitorais, a participante demonstra as medidas adotadas por ela para a superação das vivências eleitorais.

O fato de que, para ela, mulheres que tinham envolvimento com homens que detém poder local, terem sido eleitas à cargos públicos, situação oposta à dela, tem também uma confluência nas questões de privilégios, o que é perceptível quando esta participante faz referências à importância da manutenção de boas relações para a facilitação nos atendimentos em espaços públicos.

Quando solicitado que fosse atribuído um título ao desenho a participante o fez, com a seguinte frase: “De tudo não foi uma luta perdida”. Apesar dela não ter conquistado o pleito eleitoral, e segundo seus próprios relatos ter sofrido diversas formas de violência nesse período, a possibilidade de estar em um espaço de poder enquanto candidata, tornou exequível para a mesma condições de expor suas necessidades e ajudar mulheres da sua comunidade.

O fato de ser vista como uma liderança em potencial no seu município, para a participante em questão lhe proporcionou inclusão no



emaranhado de possibilidades que vão além das socialmente atribuídas às mulheres rurais, possibilitando a essa mulher expectativas de galgar vivências no espaço público.

Ocupar um espaço diferenciado, sendo vista e ouvida como alguém cujas opiniões merecem destaque na comunidade a que está inserida é uma forma de influir nas desconstruções sociais da opressão feminina, diante de uma sociedade marcadamente patriarcal.

Além disso, estas mulheres nordestinas têm se diferenciado no que tange aos movimentos sociais, por sua fidelidade às pautas do grupo que representam, inclusive preparando de forma contínua outras mulheres da comunidade para assumirem postos de liderança.

Considerações finais

Acreditamos que, para compreendermos os caminhos trilhados pelos movimentos de mulheres rurais não é suficiente analisá-los apenas através da perspectiva teórica, as questões inerentes à representatividade e posicionalidade, podem ser melhor desveladas *in locus*, onde o movimento de fato acontece, e o cotidiano destas mulheres pode ser desvendado.

A importância de desvendar o cotidiano da mulher rural atuante em movimento social se dá sobretudo para se ressaltar às reais conquistas nesse espaço em que a dominação masculina sempre foi imperativa, e o empoderamento feminino surge com força e união, entretanto com muitos obstáculos a serem superados.

Diante da inter-relação entre fundamentação e relatos construídos a partir de perspectivas gráficas fundamentadas pelas participantes do estudo, entendemos o MMTR-NE, como um movimento que se apresenta como feminista, e que portanto respeita às questões inerentes as perspectivas sociais de representação, além disso, que não se rendeu às idiosincrasias dos sindicatos e portanto possui uma autonomia inclusive para a escolha das lideranças regionais.

Ao refletirmos sobre as questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais, suas aptidões diante da luta cotidiana contra a opressão feminina, o empoderamento enquanto potencialidade de



transformações significativas das relações sociais desiguais, conseguimos visualizar os limites práticos para a real transformação social, desejada por este movimento.

Ressaltamos como um dos principais limites para essa transformação social desejada o difícil combate à cultura machista, misógina, e por conseguinte em consonância com o patriarcado, sobretudo na conjuntura política de retrocessos vividos no governo Bolsonaro, em que os direitos das mulheres foram questionados e subjugados.

Assumimos que apesar das insígnies dificuldades este movimento de trabalhadoras rurais possui potencialidades infinitas, visto que as mulheres que estão a frente dele, constantemente vêm mostrando sua força e desejo de mudança.

Sem pretensões conclusivas, ansiamos pela realização de novos trabalhos sobre a temática com imersão presencial no campo de estudo, o que foi impossibilitado nesta pesquisa pela emergência em saúde pública existente no país na época da coleta de dados.

Acreditamos que novas experiências de estudos possibilitarão o maior entranhamento nas vivências destas mulheres que de fato têm mostrado por décadas a capacidade de (re)existir apesar das imensas dificuldades.

Referências

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v.15, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos PAGU*, v.43, p.13-56, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. IN: SEN, G; GERMAIN A; CHEN, L.C (eds.), *Population*



policies reconsidered: health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press. 1994. p.127-138.

BORDALO, C. A. Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. In: Seminário internacional fazendo gênero– corpo, violência e poder, 8., 25-28 ago. 2008, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/autores.html>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURNHEIM, J. *Is Democracy Possible?* Cambridge: Polity Press, 1985.

CAMURÇA, S. M.S. Nós Mulheres e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 0, Ano I, 2007.

CARVALHO, Evanilda Souza de Santana. *Viver a sexualidade com o corpo ferido: representações de mulheres e homens*. 2010. 256 f. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: [http://www3.pgenf.ufba.br/tesesdissertacoes/2010/TESE/9%C2%AA%20def.%20de%20Tese%20-%20Evanilda%20Souza%20-%202009-06-10%20\(1\).pdf](http://www3.pgenf.ufba.br/tesesdissertacoes/2010/TESE/9%C2%AA%20def.%20de%20Tese%20-%20Evanilda%20Souza%20-%202009-06-10%20(1).pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.

COSTA, A. A. “Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres” 2000. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 07 de julho 2019



DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DERRIDA, Jacques. “Différance”. IN: *Speech and phenomena and other essays: Husserl’s theory of signs*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1973.

FOUCAULT, M. *Estratégia, Poder e Saber*. Manoel Barros da Motta (org). Vera Lucia Avellar Ribeiro (trad). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIULIANI, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sin-dical do NE, 1976-86. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, 1989. p. 255-300.

LEÓN, M. “El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”. *La Ventana*, n. 13, p.94-106, 2001.

MESTRINER, S. M. M. E. *Procedimento de Desenhos-Estórias*: emprego como forma de entrevista psicológica. In: TRINCA, W. (Org.) *Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor, 2013, p.77-106.

MMTR–NE (Caruaru). Publicações do MMTR–NE. 2019. Disponível em: <http://www.mmtrne.org.br/publicacoes.php>. Acesso em: 20 maio 2019.

MOLYNEUX, M, Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution. *Feminist Studies*, v.11, n.2, p.227-254, 1985.

RENK, A.; BADALOTTI, R. M.; WINKCLER, S. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no



Oeste Catarinense. IN: SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES R (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, 474p.

SARDENBERG, C.M.B. *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective*. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper, 2009.

SCOTT, P. *Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações*. IN: SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES R (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, 474p.

SILVA, S. M. Eleições 2018: O lugar das mulheres nas chapas majoritárias. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 4, p. 90–122, 2019. <https://doi.org/10.9771/cgd.v4i4.29349>

STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo*. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 1996.

TRINCA, W. *Procedimento de desenhos-estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. 1ª ed. São Paulo: vetor, 2013.

VEIGA, S. R. B. Mulheres-pássaro, entre o bater das asas e o caminhar: a representação e a transformação da mulher em narrativas orais. *Revista Confluências Culturais*, v. 10, n. 1, p. 24-35, 2021. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/791>. Acesso em 01 out de 2022.

WITTIG, M. *Pensamentos feministas conceitos fundamentais*. IN: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org). Cap. 1 Gênero e método. Não se nasce mulher. RJ: Bazar do tempo, 2019 p. 83-92.



YOUNG, I. M. *Representação Política Identidade e Minorias*. Lua Nova, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67>. Acesso em: 04 jul 2019



Representation and Positionality in the rural context from the perspective of women from the Northeast Rural Working Women's Movement (MMTR-NE)

ABSTRACT: This article aimed to understand the motivations that led rural women workers from the Northeast to organize themselves in social movements, emphasizing the importance of the social representation of the group, incorporated by the movement, in addition to discussing how the experiences in the Movement of Rural Workers of the Northeast (MMTR-NE), influences the social interrelationships of women. This study was carried out in a qualitative way, whose data were generated through the Story-Theme Drawing technique (DET). 31 women participated in the study, between January and March 2021. The research that generated this article emerged from the doctoral thesis, carried out within the scope of the Federal University of Bahia, in the Graduate Program in Nursing and Health and was approved by CEP/UFBA with CAAE nº: 37002720.1.0000.5531 Two categories were empirically created: Movement of Rural Women Workers of the Northeast: The fight for a feminine space where patriarchy created the stereotype of the “male goat” and Female leadership members of social movements: The fight for a socially acceptable power. After analysis, it was shown that the MMTR-NE respects the social perspectives of representation and did not surrender to the idiosyncrasies of the unions. Despite the outstanding difficulties, the female empowerment recognized in the members of this movement has immense potential for transforming unequal social relations.

KEYWORDS: Women. Rural Workers, Social Movement. Empowerment. Unequal Gender Relations.

Claudia Suehy BARRETO FERREIRA,
Docente na Universidade do Estado da Bahia
curso de Graduação em Enfermagem
<https://orcid.org/0000-0002-9801-9169>

Silvia Lúcia FERREIRA,
Enfermeira e docente na Universidade Federal da Bahia

Recebido em: 20/05/2023

Aprovado em: 24/10/2024